

"AS MULHERES ENVOLVEM-SE"

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU





INDICE

INTRODUÇÃO	p. 4-5
LISTA DOS TEMAS	
• O poder também se partilha! Anna KARAMANOU	p. 6
• Se a igualdade no trabalho não existe em todo o lado, deverá ser generalizada Marie Héléne GILLIG	p. 7
• Serviços ao mesmo preço! Christa PRETS	p. 8
• Dois conceitos novos em prol da igualdade Fiorella GHILARDOTTI	p. 9
• A igualdade no campo constitucional europeu Elena PACIOTTI	p. 10
• Daphne em auxílio de mulheres vítimas de violência Lissy GROENER	p. 11
• Sexualidade e procriação: um direito para qualquer mulher! Anne VAN LANCKER	p. 12
• Cancro da mama, o mal que corrói as mulheres Karin JOENS	p. 13
• Demasiadas mulheres ainda vulneráveis Elena VALENCIANO MARTINEZ	p. 14
• A igualdade, uma condição necessária para a paz e o desenvolvimento Olga ZRIHEN	p. 15
• Mundo agrícola: à procura da mulher! Maria RODRIGUES RAMOS	p. 16
• E depois da adesão? Joke SWIEBEL & Zita GURMAI	p. 17
LISTA DOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 1999-2004	p. 18-19
LISTA DOS MEMBROS DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSE TITULARES E SUPLENTES DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	p. 20
PERCENTAGEM DAS MULHERES ELEITAS NOS PARLAMENTOS NACIONAIS DOS 25 ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA E DO PARLAMENTO EUROPEU	p. 21
SÍTIOS INTERNET ÚTEIS	p. 22





MULHERES DEPUTADAS GRUPO PARLAMENTAR DO PSE



1999 - 2004



INTRODUÇÃO



Em meio século, a condição feminina progrediu de forma significativa. Termos como “paridade”, “igualdade de oportunidades”, “direitos das mulheres”, outrora desconhecidos, fazem doravante parte da agenda política e estão incluídos nas nossas legislações. Só foi possível graças à acção determinada do Parlamento

Europeu e, principalmente, da sua comissão dos direitos das mulheres e da igualdade de oportunidades, criada em 1984.

Em 1995, a 4ª conferência mundial de Pequim sobre as mulheres, sob a égide das Nações Unidas, viria a traçar vias inéditas e tornar-se no novo ponto de referência do movimento feminista. Após esta conferência, o “empowerment” e o “mainstreaming” passaram a fazer parte da agenda actual. A plena participação das mulheres nas estruturas do poder, nas tomadas de decisão política no exercício das responsabilidades será, desde então, reivindicada com força simultaneamente à tomada de consciência dos interesses das mulheres em todas as áreas da sociedade.

As eleitas socialistas do Parlamento Europeu compartilharam, desde o início, este combate, estas exigências ⁽¹⁾. Lutaram, repetidas vezes com sucesso, no sentido de impor uma implicação idêntica entre os homens e as mulheres em todos os domínios, de forma a encorajar as mulheres a participar plenamente na vida social, económica e política da União. Estas eleitas, que representam 39% do

⁽¹⁾ Para mais informações, consulte o relatório Groener A5-0125/2000



Grupo Socialista, conseguiram, sem problemas, “feminizar” o meio político europeu.

Doze delas sentiram a vontade de relembrar aqui os seus trabalhos. Cada uma elegeu o seu campo de batalha. Parece-nos oportuno fazer um balanço do que já foi realizado, das falhas a lamentar e dos projectos por concretizar no início do ano de 2004, que é tempo de mudanças para a União Europeia.

Amanhã, na Europa, estarão em jogo a renovação do Parlamento e da Comissão, o alargamento para 25 Estados e, provavelmente, a adopção de uma Constituição. As mulheres socialistas pretendem basear-se nesses novos dados para exigir uma democracia mais igualitária, um maior respeito pelas minorias e uma solidariedade mais próxima para com o resto do mundo.

LISSY GROENER,

Coordenadora do grupo parlamentar do PSE para a Comissão dos direitos das mulheres e da igualdade de oportunidades

O PODER TAMBÉM SE PARTILHA!

“ O mundo seria bem melhor se as mulheres estivessem mais envolvidas na vida política e na tomada de decisões. Obviamente, estão sub-representadas nos organismos do poder. Este défice põe directamente em causa a

questão da legitimidade destas instâncias, monopolizadas por uma minoria. Este desequilíbrio corrompe os princípios democráticos segundo os quais os interesses e aptidões de qualquer um devem ser respeitados. A ausência ou falta de presença das mulheres nos processos da decisão nega às nossas sociedades, entre outros, um ponto de vista diferenciado e um real capital humano.

“A outra Metade do Céu”, segundo a famosa expressão chinesa tem, no entanto, uma certa sensibilidade e até valores a dar ao mundo: um sentido próprio da justiça e da solidariedade, uma abertura ao diálogo, uma abordagem ética da política, uma capacidade em definir as prioridades.

No próximo mês de Junho, terão lugar as eleições para renovar o Parlamento Europeu. Surgirá então, novamente, o delicado problema da paridade: quantas mulheres se candidatarão, quantas serão eleitas? São duas perguntas-chave para todas e todos nós.



Anna KARAMANOU

Para mais informações, consulte o relatório
Karamanou A5-0373/2000

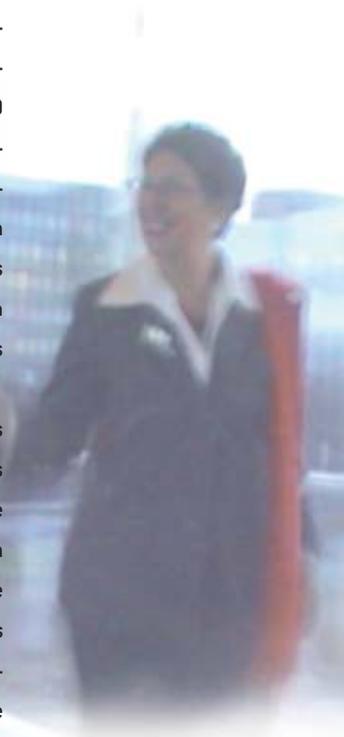
SE A IGUALDADE NO TRABALHO NÃO EXISTE EM TODO O LADO DEVERÁ SER GENERALIZADA



Marie-Hélène GILLIG

“ Quem fala em emprego, refere-se forçosamente à independência financeira e inserção social. Esta constatação é válida tanto para homens como para mulheres. No entanto, ambos os sexos não beneficiam das mesmas oportunidades. As mulheres são muitas vezes marginalizadas até mesmo na União Europeia. As diferenças de salários em 2000 podiam atingir 16%, enquanto que o desemprego em 2002 atingia 8,7% das mulheres contra 6,9% dos homens. Além disso, as mulheres estão demasiadamente limitadas a empregos estereotipados. A desigualdade no que se refere à formação e educação também acentua estas diferenças. São menos numerosas nas profissões de investigação e a fractura numérica atinge as mulheres em primeira linha: menos de 20% dos estudantes especializados nas tecnologias de informação e de comunicação são mulheres.

A legislação europeia de 1976, estabelecendo a igualdade relativamente aos empregos e às condições de trabalho, acaba de ser reforçada. Mas, para as eleitas socialistas, antevêm-se novas tarefas. Fazer, nomeadamente, com que as mulheres tenham acesso a empregos de melhor qualidade através de uma formação contínua, estejam menos expostas à precariedade do emprego e possam iniciar-se nas novas tecnologias e diversificar as suas escolhas profissionais. Ao mesmo tempo, teremos de desenvolver os serviços complementares (guarda de crianças, cuidados às pessoas dependentes) a fim de não entravar as possibilidades profissionais das mulheres. ”



SERVIÇOS AO MESMO PREÇO !

“ Qualquer discriminação sexual é formalmente prosrita na União Europeia. O artigo 13º do Tratado e as 9 leis-quadro que dele resultam, não o podem desmentir. Com a ajuda dessas disposições, uma mulher pode e deve



Christa PRETS

mesmo exigir um salário igual ao do homem para um emprego equivalente. Infelizmente, a legislação comunitária não se estende para além do local de trabalho. Fora desta área, as discriminações continuam a prosperar sem qualquer entrave jurídico.

No domínio dos serviços, por exemplo, custará, regra geral, mais caro a uma mulher descontar para os seguros privados de doença do que ao homem, enquanto ela receberá uma quantia inferior de um fundo de pensão profissional. As razões biológicas levam a isso: as mulheres pagam financeira e socialmente um custo mais elevado o facto de darem à luz os filhos e terem uma esperança de vida mais longa. Os mercados financeiros, que são os “meninos bonitos” da economia neo-liberal, relegam para segundo plano a igualdade do tratamento, em nome da suposta rentabilidade.

A Comissão dos direitos da mulher e da igualdade de oportunidades, sob o impulso das eleitas socialistas, entende por bem atacar de frente o sexismo em todos os serviços, pelo meio dos instrumentos jurídicos criados para esse efeito. ”

Para mais informações, consulte o relatório
Prets A5-0155/2004

DOIS CONCEITOS NOVOS EM PROL DA IGUALDADE



Fiorella GHILARDOTTI

“ Aparecidos nos anos 90, ao mesmo tempo que era consagrada a “dimensão do género”, os conceitos de “gender mainstreaming” e de “gender budgeting” tornaram-se instrumentos essenciais na instauração da igualdade entre homens e mulheres e

na redução das desigualdades sócio-económicas entre os sexos.

Para compreender inteiramente o sentido desses termos técnicos ligados, hoje em dia, às políticas europeias temos de partir do pressuposto de que existe uma diferença de princípio entre homens e mulheres e qualquer decisão tomada, longe de ser neutra, tem consequências distintas sobre uns e outros. O “gender mainstreaming” implica uma tomada de consciência da igualdade de oportunidades e interesses das mulheres em todas as decisões políticas envolvendo a sociedade. O “gender budgeting” pressupõe a integração da “dimensão do género” em qualquer orçamento, considerando que qualquer decisão orçamental, nacional ou europeia, tem um impacto diferente na vida quotidiana dos homens e das mulheres. Do ponto de vista das eleitas socialistas, são estes dois métodos que melhor respondem, actualmente, à exigência de construir uma sociedade mais democrática, mais transparente (os poderes públicos devem prestar contas duas vezes) e mais eficaz (as despesas orçamentais dissociam com pertinência as necessidades de todas e de todos). ”

Para mais informações, consulte os relatórios
Groener A5-0060/2003
e Ghilardotti A5-0214/2003

A IGUALDADE NO CAMPO CONSTITUCIONAL EUROPEU

“ O ano de 2003 foi marcado pela adopção de um projecto de Constituição, redigido segundo os mais transparentes e mais democráticos princípios possíveis pela “Convenção sobre o futuro da Europa”. As eleitas socialistas responderam de modo positivo a este encontro reivindicando uma referência mais explícita e alargada à igualdade entre homens e mulheres no direito comunitário.



Elena PACIOTTI

Graças às suas intervenções, a Carta dos direitos fundamentais faz agora parte integrante da futura Constituição europeia. E não se trata de uma palavra vã. Esta Carta vai mais longe do que os actuais tratados no reconhecimento e na prática da igualdade e da paridade. Mais do que simples noções abstractas, estes tornam-se juridicamente mais constrangedores e alargados a “todos os domínios”. São inseridos no número dos “valores fundadores” da União Europeia. Promovê-los será, a partir de agora, prioritário nem que seja pelo “uso da força” através de medidas preferenciais ou acções positivas.

É, no entanto, necessário relativizar esta evolução positiva. O Conselho de Ministros europeu, temendo provocar uma paralisia, continuará a votar por unanimidade qualquer medida anti-discriminatória. É uma das falhas mais graves do actual projecto constitucional. ”

DAPHNE EM AUXÍLIO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



Lissy GROENER

“ Na União Europeia, uma em cada cinco mulheres já foi vítima, pelo menos uma vez na vida, de actos de violência por parte do seu parceiro masculino.

O programa europeu Daphne, adoptado pelo Parlamento Europeu em 1997, tem por objectivo financiar e apoiar as medidas de luta contra a violência sobre as crianças, os jovens e as mulheres. Todos são confrontados com a violência, que vai da simples brutalidade doméstica ou assédio, à violação, prostituição ou tráfico.

O programa Daphne financiou entre 2000 e 2003 aproximadamente 140 projectos que se revestem de várias formas: ajuda material de primeira necessidade, campanhas de sensibilização e acções preventivas. No entanto, o orçamento apenas abrangeu 13% dos projectos que mereciam ser realizados. Os eurodeputados socialistas estimam que um aumento do orçamento deveria ser concedido para os anos de 2004 a 2008. Defendem igualmente a instalação de um helpdesk em benefício das organizações não governamentais, nomeadamente nos novos Estados-membros, a fim de favorecer as redes e as estruturas de luta relativamente a mulheres e as crianças nestes países.

Uma mobilização geral é esperada com o intuito de fazer de 2006 o “ano europeu da luta contra a violência sobre as mulheres.” ”

Para mais informações, consulte o relatório Groener A5-0280/2003

SEXUALIDADE E PROcriação: UM DIREITO PARA QUALQUER MULHER!

“ As europeias deveriam poder usufruir, de modo geral, dos direitos à sexualidade e à procriação, ter o poder de escolha entre todos os meios de contracepção.

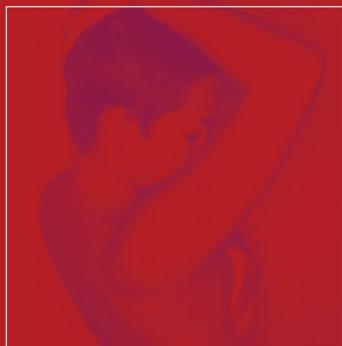
Idealmente, são mulheres informadas e livres que deveriam poder determinar se e quando querem um filho e, em caso de necessidade, interromper a gravidez. Na maioria dos países da União, as legislações foram adoptadas neste sentido. Mas existem infelizmente excepções em que o aborto é proibido. A situação pode também ser discriminatória nalguns futuros Estados-membros onde, por exemplo, o preço da pílula pode custar um terço do salário mensal. A constatação é óbvia: esta situação gere uma grande desigualdade entre as mulheres da Europa, uma vez que tudo depende do ordenado ou do país de origem. Torna-se evidente que estas disparidades têm de desaparecer.

Evidentemente que estas questões específicas relacionadas com a saúde são ainda da competência dos governos. Mas a União, juntamente com os eurodeputados socialistas, têm igualmente o seu papel: oferecer a iniciativa veiculando informações, favorecendo a troca de experiências positivas para que todas as mulheres europeias possam ter acesso aos seus direitos no que diz respeito à sexualidade e procriação.”



Anne VAN LANCKER

CANCRO DA MAMA, O MAL QUE CORRÓI AS MULHERES



Karin JOENS

“ Os números falam por si. Na União Europeia, 216 000 mulheres são anualmente vítimas do cancro da mama. Entre estas, 79 000 acabam por morrer devido a esta doença. Se todas as mulheres tivessem acesso a um rastreio,

poderiam ser salvas 25 000 vidas. Se o cancro fosse correctamente diagnosticado e tratado numa fase inicial, 90% das doentes poderiam ter maiores probabilidades de cura. É preciso saber que apenas 8 Estados-membros em 15 incitam as mulheres com idade compreendida entre os 50 e 69 anos a submeterem-se de dois em dois anos a uma mamografia no âmbito de um programa nacional.

As eleitas socialistas podem estar orgulhosas por ter inspirado o texto da Resolução aprovada por uma grande maioria pelo Parlamento Europeu, no passado dia 5 de Junho de 2003. Obviamente, os governos estão livres de qualquer obrigação para com a União em relação às recomendações feitas pelo Parlamento no domínio da saúde. Mas são pelo menos convidados a cumprir até 2008 alguns objectivos específicos: criar até 2008 as condições necessárias para reduzir em 25% a mortalidade devida ao cancro da mama, sistematizar as mamografias e outros rastreios e abrir igualmente centros de cuidados pluridisciplinares.

O encontro já está marcado em 2006 para avaliar os progressos realizados neste combate que diz respeito a toda a gente. ”

Para mais informações, consulte o relatório Joens AS-0159/2003

DEMASIADAS MULHERES AINDA VULNERÁVEIS

“ Em todos os continentes, as mulheres continuam a pagar o preço das desigualdades, das discriminações, das violências. Violência conjugal aqui, violência dos costumes patriarcais noutros sítios... a lista é extensa.

É verdade que a ausência de alternativas, a pobreza, o analfabetismo e a precariedade sanitária atingem

em primeiro lugar as mulheres, principalmente nos países em desenvolvimento.

As europeias mais próximas desta liberdade e desta autonomia, que a esquerda sempre reivindicou para cada ser humano, podem parecer menos vulneráveis.

É preciso denunciar esta desigualdade e oferecer novos meios àquelas que continuam subordinadas à vontade do mais forte, confinadas ao papel de mãe ou de doméstica, submetidas aos ritos de ablação ou à lei dos casamentos feitos, reduzidas às formas de escravatura moderna.

A igualdade entre os homens e as mulheres deve ser universalizada. É umas das tarefas da União Europeia e, particularmente, das eleitas socialistas do Parlamento Europeu.

Em vários sítios do globo, observa-se atentamente os avanços obtidos pelas europeias; os progressos que servem de exemplo. Não hesitemos em prolongar estas vozes, em ampliá-las para além das fronteiras. ”



María Elena VALENCIANO
MARTINEZ-OROZCO

Para mais informações,
consulte os relatórios

Valenciano A5-0285/2001 e A5-0102/2004

A IGUALDADE, UMA CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A PAZ E PARA O DESENVOLVIMENTO



Olga ZRIHEN

“ A procura de uma maior igualdade entre o homem e a mulher deve ser universal e não limitada às fronteiras da Europa. Demonstrar, em todo o mundo, que as mulheres nascem livres e iguais em direitos é o compromisso das

mulheres e das eleitas europeias.

Em muitos pontos do globo e, particularmente, nos países em desenvolvimento, demasiadas mulheres continuam a viver num estado de submissão, de exclusão, de grande precariedade. À pobreza acrescenta-se o analfabetismo, os constrangimentos religiosos, a opressão patriarcal.

A ONU comprometeu-se nesse domínio ao tomar a iniciativa de organizar várias conferências internacionais. Em Pequim, em 1995, e, de seguida, na Cimeira do Milénio em Nova Iorque, em 2000, foi claramente afirmada a eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres. No entanto, são necessários actos, soluções, avanços concretos.

É precisamente o que as mulheres socialistas se empenham em fazer através de múltiplas operações de cooperação, com o apoio no terreno de associações especializadas. Nenhum ramo de actividade é descurado porque a emancipação, a paridade e o reconhecimento conquistam-se em todas as escalas, em todas as latitudes. ”

Para mais informações, consulte o relatório
Zrihen A5-0447/2003

MUNDO AGRÍCOLA: À PROCURA DA MULHER!

“ As mulheres são as principais esquecidas de um mundo – a agricultura - em que representam, no entanto, 37% da população. Trabalham mas passam despercebidas: confundem-se com a paisagem agrícola. Mais de um terço do



María RODRÍGUEZ RAMOS

trabalho realizado nas explorações familiares depende das mulheres mas é muitas vezes ignorado. Aliás, é um trabalho “invisível”.

As mulheres do mundo agrícola ocupam, de facto, funções peculiares. Graças a elas, as explorações podem diversificar e aumentar os seus rendimentos. Se encontramos cada vez mais produtos de qualidade no mercado, se o turismo nos meios rurais se tem desenvolvido, se as actividades sócio-culturais conhecem um certo desenvolvimento, é devido à intervenção primordial das mulheres do campo.

Todavia, elas continuam a ser prejudicadas. Com efeito, sofrem uma dupla discriminação que lhes retira simultaneamente a protecção social e o estatuto jurídico.

A igualdade de oportunidades, que é particularmente importante aos olhos das mulheres socialistas, pode e deve ser conjugada com o desenvolvimento rural. É deste modo que a Europa poderá tirar plenamente partido do rico potencial dos seus campos.

”

E DEPOIS DA ADESÃO ?



“ No próximo dia 1 do mês de Maio, dez países novos integrarão a União Europeia. A população feminina destes países tem o direito de esperar alguns progressos desta adesão. Mas, para isso, estes Estados devem lutar neste sentido.

A transposição para o direito nacional da legislação europeia que garante a igualdade de tratamento entre os homens e as mulheres deverá ser acompanhada de medidas resolutamente voluntaristas. Num primeiro tempo, terão que reconhecer a desigualdade como uma realidade, antes de pensar em adoptar qualquer estratégia. Temos o direito de acreditar que o desenvolvimento sócio-económico dos novos Estados-Membros possibilitará às mulheres atingir uma autonomia material. Aliás, os governos teriam grande interesse em “investir” neste capital humano.

Mas as próprias mulheres não esperam melhor destino do céu: que isso seja reivindicado na União Europeia! No entanto, elas deverão unir-se, manifestando-se, comprometendo-se politicamente e convencendo os poderes, geralmente masculinos, que é indispensável atribuir-lhes o devido lugar. Convidamos as formações filiadas no Partido dos Socialistas Europeus (PSE) a dar o exemplo! Na verdade, os socialistas são reconhecidos pelo seu combate em prol do bem-estar social e dos direitos humanos. O seu compromisso na luta ao lado das mulheres será, logicamente, uma das suas prioridades.



Joke SWIEBEL



Zita GURMAI

”

LISTA DOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES -1999-2004 ^[1]

- Daphne II programme 2004-2008: combating violence against children, young people and women
- The impact of the sex industry in the EU
- The situation of women from minority groups in the EU
- Reconciling professional, family and private life
- Women in South-eastern Europe
- Development cooperation: promoting gender equality
- Equality of men and women : grants to organisations active at European level, 2004-2005 action programme
- Equal treatment for men and women: access to goods and services and to the provision of goods and services
- Violation of women's rights and the role of the European Union (EU) in international relations
- Women in the new information society
- 2004 elections: how to ensure balanced representation of women and men
- Gender budgeting, building public budgets from a gender perspective
- Women from rural regions of the EU in the context of the Common Agricultural Policy
- Breast cancer in the EU
- Women and sport
- Gender-mainstreaming in the European Parliament
- The objectives of gender equality using the structural Funds
- Equal opportunities for women and men in the EU. 6th annual report 2001
- Representation of women among the social partners of the EU
- Mid-term revision of Daphne Programme 2000-2003



- Implementation of the gender equality programme (2001-2005)
- Health and rights concerning sexuality and reproduction
- Equal opportunities between women and men : employment, vocational training, and working conditions
- Equal opportunities for women and men in the EU. 5th annual report 2000
- Development policy : mainstreaming of gender equality in development cooperation Action programme 2001-2006
- Women and fundamentalism
- The EU's policy and the mediterranean countries regarding the promotion of women's rights and equal opportunities
- Female genital mutilation
- Equal pay for work of equal value
- Gender equality : framework strategy and work programme for 2001
- Balanced participation of women and men in the decision-making process
- Regulating domestic help in the informal sector
- Prevention and settlement of armed conflicts : gender-related aspects
- Gender equality : Community framework strategy and programme 2001-2005
- Equal opportunities for women and men in the EU. 2nd, 3rd and 4th annual reports 1997-1999
- Combating organized crime : trafficking in women, further actions following COM(96)0567
- Follow-up to the Peking action platform
- Equal opportunities: women 's participation in European scientific research
- Daphne Programme 2000-2003 : action relating to violence against children, young persons and women

Para permitir o fácil acesso na Internet, os relatórios estão indicados na lista com o título oficial em Inglês como aparecem no sítio Internet do Parlamento Europeu e não estão traduzidos.

LISTA DOS MEMBROS DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSE TITULARES E SUPLENTES DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

MEMBROS		LINKS
Maria	BERGER	www.spe.at/berger
Fiorella	GHILDARDOTTI	www.dspe.net
Marie-Hélène	GILLIG	www.d-s-f.net/
Lissy	GROENER	www.lissy-groener.de
Jutta	HAUG	www.Jutta-Haug.de
Mary	HONEYBALL	www.maryhoneyball.net/
María	IZQUIERDO ROJO	www.ctv.es/USERS/mariaizquierdo/home.htm
Karin	JOENS	www.joens.de
Anna	KARAMANOU	www.karamanou.gr
Hans	KARLSSON	www.s-ep.org/hanskarlsson/
Eryl	McNALLY	www.erylmcnallymep.org.uk
Pasqualina	NAPOLETANO	www.dspe.net
Elena Ornella	PACIOTTI	www.dspe.net
Christa	PRETS	www.christaprets.at
Christa	RANDZIO-PLATH	www.randzio-plath.de
María	RODRIGUEZ RAMOS	www.psoe-pe.org/
Karin	SCHEELE	www.karinscheele.at
María	SORNOSA MARTINES	www.psoe-pe.org/
Joke	SWIEBEL	www.jokeswiebel.nl
Helena	TORRES MARQUES	www.partido-socialista.net
María Elena	VALENCIANO MARTINEZ-OROZCO	www.psoe-pe.org
Anne E.M.	VAN LANCKER	www.annevanlancker.be
Olga	ZRIHEN	www.olgazrihen.net

PERCENTAGEM DE MULHERES
ELEITAS NOS PARLAMENTOS NACIONAIS
DOS 25 ESTADOS-MEMBROS DO PARLAMENTO EUROPEU



País	Número total deputados	Número mulheres	Percentagem de mulheres
Alemanha	603	194	32,2%
Áustria	183	62	33,9%
Bélgica	150	53	35,3%
Dinamarca	179	68	38,0%
Espanha	350	126	36,0%
Finlândia	200	75	37,5%
França	574	70	12,2%
Grécia	300	39	13,0%
Irlanda	166	22	13,3%
Itália	618	71	11,5%
Luxemburgo	60	10	16,7%
Países-Baixos	150	55	36,7%
Portugal	230	44	19,1%
Reino-Unido	659	118	17,9%
Suécia	349	158	45,3%

NOVOS PAÍSES MEMBROS

Chipre	56	6	10,7%
Estónia	101	19	18,8%
Hungria	386	38	9,8%
Letónia	100	21	21,0%
Lituânia	141	15	10,6%
Malta	65	5	7,7%
Polónia	460	93	20,2%
Rep. Checa	200	34	17,0%
Eslováquia	150	29	19,3%
Eslovénia	90	11	12,2%

Parlamento Europeu	626	194	31,0%
---------------------------	------------	------------	--------------

SÍTIOS INTERNET ÚTEIS



<http://www.socialistgroup.org>
Socialist Group - Women's site



<http://www.socintwomen.org.uk>
Socialist International Women



http://www.europarl.eu.int/committees/femm_home.htm
European Parliament - women's rights Committee



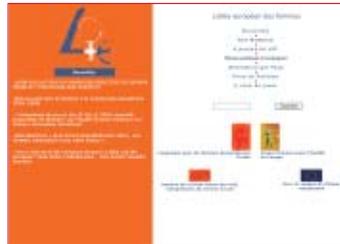
http://www.europarl.eu.int/comparl/femm/cccec/default_en.htm

NCEO - Network of Parliamentary Committees for Equal Opportunities for Women and Men in the European Union



http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/equ_opp/contact_en.html

European Commission - Equal Opportunities Unit



<http://www.womenlobby.org/index2.htm>
European Women's Lobby



<http://www.un.org/womenwatch/>
United Nations Women Watch



Brigitte Bataille

Conselheira Política do grupo parlamentar do PSE na
comissão dos direitos da mulher e da igualdade de oportunidades

Tel (Bruxelas): [32] 2 284 3112 - (Estrasburgo): [33] 388 172887

E-mail: bbataille@europarl.eu.int

Parliamentary Group of the Party of European Socialists
Groupe Parlementaire du Parti Socialiste Européen
Fraktion der Sozialdemokratischen Partei Europas
Grupo Parlamentario del Partido Socialista Europeo
Gruppo Parlamentare del Partito del Socialismo Europeo
Fractie van de Partij van de Europese Sociaaldemocraten
Euroopan sosialidemokraattisen puolueen parlamenttiryhmä
De Europeiska Socialdemokraternas Parlamentsgrupp
Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu
De Europæiske Socialdemokraters Gruppe
Κοινοβουλευτική Ομάδα του Ευρωπαϊκού Σοσιαλιστικού Κόμματος
az Európai Szocialisták Pártjának parlamenti frakciója
Klub Parlamentarny Partii Europejskich Socjalistów
Poslanska skupina Stranke evropskih socialdemokratov
Parlamentný klub Strany európskych socialistov
Euroopa Parlamendi sotsiaaldemokraatide fraktsioon
Poslanecký klub Evropské strany sociálně demokratické
Eiropas Sociāldemokrātiskās partijas Parlamentārā grupa
Europos socialistu partijos parlamentine grupe
II-Grupp Parlamentari tal-Partit tas-Socjalisti Ewropej



PARLAMENTO EUROPEU

RUE WIERTZ - B-1047 BRUXELLES

TEL.: +32 2 284 21 11

TEL.: STRASBOURG: +33 3 88 17 40 01

INTERNET: <http://www.socialistgroup.org>